

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Crítica

Class.: 443

Data: 22 de Outubro de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

4468

Ulysses Bittencourt

### Estranho amor

No momento em que as nossas Forças Armadas cuidam da preservação de nossas fronteiras, através do bem elaborado projeto "Calha Norte", e em Brasília há um grande esforço para dar nova Constituição ao País, acabou vindo à tona — para logo receber imediato e geral repúdio — a atividade semiclandestina de missionários, quase todos estrangeiros, os quais, sob o disfarce de um grande amor aos índios brasileiros, vêm de longa data apresentando aqui e ali infundadas reivindicações de sentido tumultuário e desestabilizador, para, finalmente, fazer chegar à inquietante conclusão de estarem a serviço de uma campanha de internacionalização da Amazônia. Tinha razão o professor Arthur Reis quando denunciava e denuncia, juntamente com os patriotas que compõem a CNDDA, através da revista "A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO", a cobiça internacional pela vastíssima região.

Teve o Ministério da Justiça que intervir energicamente no caso e a própria Funai — que antes, se não dera completo apoio àquela suposta atividade evangelizadora, pelo menos confessou depois, pela imprensa, não tê-la acompanhado com a atenção devida — veio a público, por seu presidente, declarando ter encontrado "um quadro que revela graves problemas, como a deterioração cultural das comunidades indígenas" ("O GLOBO", de 02-08-87). Diz ainda a mesma nota jornalística: "De acordo com os cálculos do órgão (Funai), dos duzentos e vinte mil índios brasileiros, mais cem mil estão sob a in-

fluência de grupos religiosos. Cerca de 25 entidades protestantes trabalham com os índios, entre elas a "Wycliff Bible Translator" e a "New Tribes Mission", acusadas de terem vínculos com empresas multinacionais ou serviços de espionagem". Em defesa desse condenável estado de coisas, alguns prelados brasileiros (comovedoramente ingênuos ou "testas-de-ferro") dizem ser a Amazônia "um patrimônio da Humanidade". E o que significará, afinal, essa abrangente afirmação? Não existem em nosso planeta condomínios internacionais e assim — cabe concluir — a tentativa que esses missionários vêm levando a cabo tem o caminho de uma infiltração que, além de espoliar pela extração e contrabando de nossas matérias-primas, visa, sobretudo, entregar a novos e poderosos donos o domínio da região.

Pude acompanhar de perto, já desde algum tempo, o resultado da ação sub-reptícia desses aventureiros em terras do Ayapuí, no rio Purus, culminando com dois significativos equívocos oficiais: o último mapa lançado pelo IBGE traz a área assinalada como "Zona Indígena" e o mesmo erro se repete no "Aviso" publicado neste jornal, a 6 de junho do corrente ano, pela Coissão Especial de Licitação — CEL, constituída por Ordem de Serviço da Superintendência Regional da própria Funai. Na verdade, não existem mais índios ali e as terras indicadas possuem proprietários antigos, com títulos devidamente legalizados.

Segundo depoimento do prof.

Agnello Bittencourt, que ali viveu por alguns anos, não se sabe exatamente qual foi o primeiro civilizado que lá chegou. Mas o efetivo desbravamento do Ayapuí se deveu ao capitão Manoel Nicolau de Mello que se fixou às margens do lago, com seus escravos, em 1850. Fez amizade com os índios Muras, prosperou, e seu filho Lourenço erigiu Casa Grande de pedra, onde havia requintada biblioteca, louça de Limoges, linha de navegação subvencionada. Quando se proclamou a República a população já era considerável. Com o correr dos anos, os índios incorporaram-se aos "cariús". Mais tarde, os resultantes caboclos dessa miscigenação, por força da crise econômica, debandaram, vindo muitos para Manaus, onde os remanescentes moram em bairros pobres, como o tristemente cognominado "Planeta dos Macacos".

Há cerca de quatro anos uma religiosa apareceu com seus índios recrutados no rio Negro e ocupou gleba da Sra. Lygia de Mello Barbosa, trineta do fundador e herdeira de castanhais perfeitamente demarcados, titulados em sucessivos inventários. Como todos ali se conhecem tradicionalmente e sabem não existir indígenas na área, a farsa foi logo desmascarada, mas o incômodo persiste em sua ameaça.

Não importa muito a pretexto de que se servem os aventureiros — em vez de índios, podem tentar forjar imaginários direitos de ex-escravos, ou até mesmo dizerem-se procuradores dos Curupiras, Mapinguaris e Matintas Pereiras — mas sim os seus objetivos, que nunca será demais denunciar.